

Educação dos mais pobres dispara, mas crise econômica destrói renda

Folha de São Paulo

Atingida ao seu final pela pandemia do coronavírus, a pior década de que se tem registro na história econômica brasileira interrompeu longa trajetória de redução da miséria e expôs a armadilha que mantém o Brasil pobre e desigual.

Diante de mais pobreza extrema e fome, especialistas apontam saídas possíveis, que deveriam estar combinadas a um plano duradouro de equilíbrio das contas públicas —base para o crescimento sustentável e o aumento da renda.

Nos últimos dez anos, apesar de um expressivo aumento de 27% nos anos de estudo (de 6,4 para 8,1) da população na metade mais pobre, a renda do trabalho dessa parcela despencou 26,2%.

O paradoxo explicita a centralidade do crescimento econômico na redução da pobreza, já que a educação é apontada como a principal mola para o aumento individual da renda.

Com evolução menor na escolaridade, os 50% mais ricos mantiveram os rendimentos inalterados ou ganharam mais, segundo dados do FGV Social com base na PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

“É a consequência de um país que não cresce e não cria oportunidades. Embora exista tendência de aumento da escolaridade

entre os mais pobres, ela não se refletiu no mercado de trabalho”, afirma Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

Segundo especialistas, além do deletério desequilíbrio orçamentário, há outras razões importantes para o desempenho medíocre da economia, com baixíssima produtividade.

Da tímida abertura comercial e estrutura tributária disfuncional aos privilégios de alguns na máquina pública e no Orçamento, o resultado tem sido a falta de mobilidade intergeracional no Brasil.

Mesmo mais educados que a geração anterior, os mais pobres, pais ou filhos de outros pobres, continuam dependentes de recursos de programas sociais ou presos ao mercado de trabalho informal.

O Brasil tem hoje mais pessoas na miséria do que em 2011 e em relação a antes da pandemia. Após longo período de queda sustentada, a taxa de miseráveis voltou a subir e eles são hoje 27,4 milhões (13% da população; equivalente a quase uma Venezuela) vivendo com menos de R\$ 261 ao mês, ou R\$ 8,70 ao dia, segundo a FGV Social.

Considerando o total das famílias brasileiras, 57% vivem com menos de R\$ 2.200 ao mês, segundo estratificação do Datafolha. Mas, enquanto apenas 2,9 pessoas dividem a renda em domicílios da classe A/B, são 4,6 indivíduos, com renda bem menor, na classe E. Concentrada sobretudo nas crianças e nos jovens (o que sugere perpetuação), nos negros (especialmente mulheres) e nas regiões Norte e Nordeste, a pobreza também tem bolsões no Sudeste, em favelas.

Nessas comunidades, que se multiplicaram nos últimos anos, a taxa de fecundidade das adolescentes é quatro vezes superior à dos bairros ricos. A consequência é que quase a metade das crianças brasileiras com até cinco anos vive em domicílios pobres. A tentativa de modificar e ampliar o principal programa social brasileiro, o Bolsa Família, é considerada bem-vinda nesse contexto, agravado pela inflação elevada, sobretudo para os mais pobres, e pela pandemia, que afetou gravemente o mercado informal de trabalho.

Mas, segundo especialistas, um novo programa fortalecido apenas amenizaria uma questão de causas complexas, sem necessariamente interromper o ciclo de pobreza intergeracional. Para isso, seriam necessárias condições macroeconômicas estáveis. Isso passa, necessariamente, pela sustentabilidade das contas públicas e por mais políticas focalizadas na primeira infância, na educação e no ensino técnico de jovens, preparando-os para o mercado de trabalho.

Hoje, nenhuma dessas condições está bem endereçada. No campo macroeconômico, o Brasil tem a maior dívida bruta em relação ao seu PIB (82,7%) entre os grandes emergentes e amarga, desde 2014, recorrentes déficits primários, com as despesas do governo federal ultrapassando as receitas todos os anos, sem contar juros da dívida pública. O desarranjo das contas públicas esteve na raiz da recessão entre 2014 e 2016 e tem levado a resultados pífios no PIB —com empresas adiando investimentos e contratações diante das incertezas sobre a solvência do país, a taxa de juros para rolar a dívida pública e a tributação futura para poder pagá-la.

O impacto negativo do descontrole das contas públicas fica claro se comparado ao período de crescimento acima da média dos anos 2000, quando o PIB aumentou 3,7%, em média, enquanto o governo produzia superávits fiscais quase todos os anos para controlar o endividamento.

Em relação à primeira infância, apesar de o Bolsa Família exigir como condicionalidade manter crianças em escolas e visitar postos de saúde, o gasto público com o programa equivale a menos de 0,5% do PIB (R\$ 35 bilhões) para atender 14,6 milhões de famílias. O valor é uma pequena fração do gasto social total brasileiro, de 25% do PIB, contando despesas com educação, saúde e aposentadorias.

Núcleo de Inteligência - Sedet

Edição 247 - Em 07 de outubro de 2021

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.